



GIRLS NOT BRIDES

The Global Partnership
to End Child Marriage

**ACÇÃO COLECTIVA
TRANSFORMADORA DO GÉNERO
PARA PÔR TERMO AO CASAMENTO
PREMATURO E PROMOVER OS
DIREITOS DAS RAPARIGAS**

**A EXPERIÊNCIA DA GIRLS NOT BRIDES
MOÇAMBIQUE, A PARCERIA NACIONAL PARA
PÔR TERMO AO CASAMENTO PREMATURO**

AUGUST 2023

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
A quem se destina este relatório	3
Para que serve este relatório	3
Agradecimentos	3
Lista de acrónimos	4
Introdução	4
CAUSAS PROFUNDAS DO CASAMENTO PREMATURO E DAS UNIÕES PREMATURAS E PRIORIDADES PARA UMA AÇÃO COLECTIVA TRANSFORMADORA DO GÉNERO	5
Prevalência de casamentos prematuros e uniões prematuras em Moçambique	5
Políticas e leis que abordam o casamento prematuro e as uniões prematuras em Moçambique	9
Impacto do Programa Global FNUAP-UNICEF e do Acelerador de Transformação de Género	10
Instantâneo do CECAP no início desta fase do seu percurso de transformação do género	11
A JORNADA TRANSFORMADORA DE GÉNERO DO CECAP EM 2022	12
Classificação dos elementos essenciais de uma abordagem transformadora do género para pôr fim ao casamento prematuro às uniões prematuras	12
Elementos centrais de transformação do género	13
Dia 1: Classificação dos elementos centrais da ATG no Continuum da Integração do Género	14
Dias 2 e 3: O Roteiro da ATG: Prioridades transformadoras de género e acção colectiva	15
Prioridade 1 do Roteiro ATG: Competências, agência e liderança das raparigas adolescentes	17
Prioridade 2 do Roteiro ATG: Abordar as masculinidades e envolver rapazes e homens	18
Prioridade 3 do Roteiro ATG: Ambiente propício: mobilização da família e da comunidade	18
Em conclusão	18
ANEXEOS	20

INTRODUÇÃO

A quem se destina este relatório

Este relatório destina-se a qualquer grupo de organizações da sociedade civil (OSC) que trabalhem colectivamente no casamento prematuro a nível nacional ou subnacional. As OSC africanas que trabalham para combater o casamento prematuro são o público principal, mas outras OSC que utilizam uma abordagem baseada em direitos para promover a justiça de género e/ou os direitos das minorias em termos mais gerais também o podem considerar útil.

Para que serve este relatório

A necessidade de acelerar o progresso sobre o casamento prematuro e a ligação entre o casamento prematuro e a igualdade de género tornam crítica a ação colectiva intencional transformadora do género. Este relatório partilha os destaques da Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros” (CECAP, a Parceria Nacional *Girls Not Brides* para pôr termo ao Casamento Prematuro em Moçambique). Este colectivo de OSCs investiu numa série de passos para reforçar as suas competências, conhecimentos e liderança transformadores de género para analisar e abordar sistematicamente as causas profundas da desigualdade de género a nível individual e dos sistemas.

Ao partilhar a experiência de um colectivo de OSCs - o que fizeram e a diferença que isso fez no seu trabalho colectivo - esperamos inspirar e encorajar outros grupos de OSCs a iniciarem jornadas intencionais

semelhantes de transformação do género para acelerar um maior impacto e uma mudança mais sustentável nas atitudes, sistemas e estruturas que perpetuam e promovem o casamento prematuro.

Agradecimentos

Este relatório complementa um guia de 7 passos sobre [Como as organizações da sociedade civil podem utilizar a ação colectiva transformadora do género para combater o casamento prematuro e promover os direitos das raparigas](#), produzido pela *Girls Not Brides: A Parceria Global para pôr termo ao Casamento Prematuro*.

O guia é uma adaptação - por e para as OSC - da [ferramenta aceleradora de transformação de género](#) do Programa Global para pôr fim ao Casamento Prematuro do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esta ferramenta foi produzida pelos escritórios centrais do UNFPA e do UNICEF, em colaboração com a Collective Impact. A sua adaptação ao guia de 7 passos e às actividades foi possível graças ao apoio do UNICEF e ao financiamento da Iniciativa UE/Spotlight.

Este relatório nacional foi possível graças ao trabalho árduo, ao apoio e à participação activa dos membros do CECAP, durante a Semana Intensiva de ATG.



TERMOS-CHAVE

Abordagens transformadoras do género (ATG)

As ATG visam promover a igualdade entre homens e mulheres, fomentando a análise crítica dos papéis, normas e dinâmicas de género. As ATG reconhecem e reforçam as normas positivas que apoiam a igualdade e têm como objectivo criar um ambiente propício. Isto significa promover a posição relativa das raparigas, das mulheres e de outros grupos marginalizados e transformar as estruturas sociais subjacentes, as políticas, os sistemas e as normas sociais generalizadas que perpetuam e legitimam as desigualdades de género. São intencionais em desafiar o status quo, reequilibrar o poder e redistribuir recursos para as pessoas que têm sido historicamente marginalizadas, excluídas e discriminadas com base no seu género.

Lista de acrónimos

CECAP	Coligação para Eliminação dos Casamentos Prematuros, a Parceria Nacional <i>Girls Not Brides</i> para acabar com o casamento Prematuro em Moçambique
OSC	Organização da sociedade civil
GTA	Abordagens Transformadoras do Género
SDSR	Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

Introdução

O CECAP é composto por mais de 60 OSC, desde o nível local ao internacional, que trabalham na advocacia, partilha de conhecimentos e pesquisa para abordar o casamento prematuro e as uniões prematuras em Moçambique. Foi criada em 2013 e tornou-se uma parceria nacional oficial da *Girls Not Brides* em julho de 2014.

O CECAP trabalha com o governo para garantir a existência de políticas, leis e serviços que apoiem os direitos das raparigas e das mulheres jovens. Em julho de 2014, o CECAP colaborou com o Ministério dos Assuntos Sociais do Género e da Criança para lançar uma campanha nacional para acabar com o casamento prematuro e as uniões prematuras. Em 2016, desempenharam um papel significativo na adopção bem sucedida da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao Casamento Prematuro e às Uniões Prematuras (disponível em português). Estão também a contribuir activamente para o desenvolvimento de legislação nacional para pôr em prática a Lei Modelo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) para a Erradicação do Casamento Prematuro e Proteção das Crianças já Casadas.

O CECAP desenvolveu uma estratégia colectiva de sensibilização e comunicação, que ajudou os membros a melhorar o seu trabalho de base para abordar as principais causas do casamento prematuro e das uniões prematuras. A estratégia reforçou a colaboração com os principais ministérios do governo, líderes religiosos, conselheiros de iniciação, jovens e os media. Foram co-autores de um resumo de políticas sobre casamento prematuro e gravidez na adolescência em Moçambique com o FNUAP e o UNICEF.



TERMOS-CHAVE

Casamento Prematuro

Neste relatório, “casamento prematuro” refere-se a todas as formas de casamento prematuro, precoce e forçado e uniões em que pelo menos uma das partes tem menos de 18 anos de idade. O termo “uniões prematuras” é frequentemente usado em Moçambique para se referir a situações em que uma rapariga ou adolescente vive com um parceiro como se fosse casada antes dos 18 anos, por isso é incluído aqui juntamente com “casamento prematuro” para tornar esta prática visível.

Em Moçambique, o Programa Global para a Erradicação do Casamento Prematuro do UNFPA-UNICEF e a *Girls Not Brides* estão empenhados em reforçar a acção da sociedade civil para acabar com o casamento prematuro e as uniões prematuras, e para promover os direitos das raparigas de forma mais ampla - incluindo os das raparigas casadas ou em união de facto. Este projecto visa reforçar a capacidade das OSC que trabalham a nível nacional para analisar e abordar sistematicamente as causas profundas da desigualdade de género a todos os níveis, desde o individual ao institucional, com base em evidências e experiências e maximizando a sua compreensão do contexto.

As principais secções deste relatório são:

- **Evidências, dados e aprendizagem:** causas profundas do casamento prematuro e das uniões prematuras, e prioridades para uma acção transformadora do género em Moçambique.¹
- **As prioridades do CECAP:** um retrato das escolhas estratégicas colectivas actuais e emergentes do CECAP e das suas capacidades de transformação em termos de género.
- **Passos na jornada transformadora de género do CECAP:** um resumo de como a ferramenta de aceleração transformadora de género do UNICEF foi adaptada e utilizada para apoiar a reflexão colectiva crítica, o desenvolvimento de competências e o planeamento de acções para promover os direitos e a agência das raparigas.

1. O UNICEF tem uma colecção de [perfis de países](#), que apresentam estatísticas compiladas a partir de dados representativos a nível nacional para criar uma visão geral do casamento prematuro em cada país.

EVIDÊNCIAS, DADOS E APRENDIZAGEM DE MOÇAMBIQUE E DA REGIÃO DA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL: CAUSAS PROFUNDAS DO CASAMENTO PREMATURO E DAS UNIÕES PREMATURAS E PRIORIDADES PARA UMA AÇÃO COLECTIVA TRANSFORMADORA DO GÉNERO

Prevalência de casamentos prematuros e uniões prematuras em Moçambique

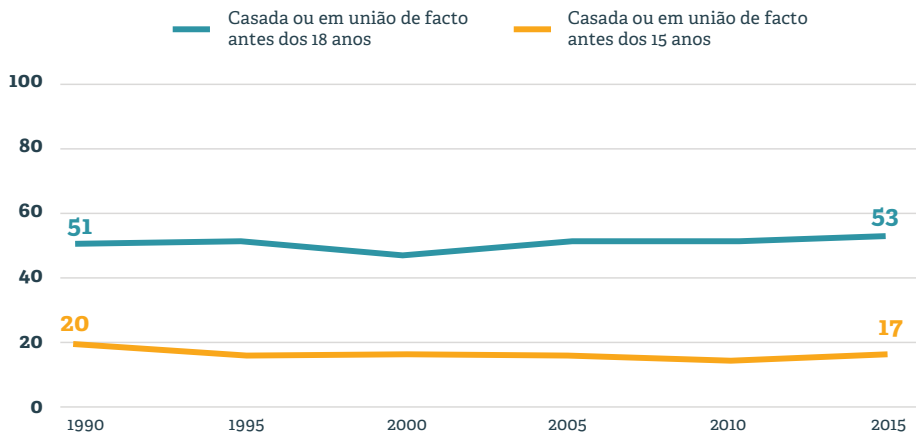
Em Moçambique, a idade mínima legal para o casamento é de 18 anos, com base na disposição da [Lei da Família](#) de 2004, [sem excepções](#) (após a sua alteração em 2019).² No entanto, 53% das raparigas casam ou entram numa união antes dos 18 anos e 17% antes dos 15 anos. Isto faz de Moçambique o país com a quinta maior prevalência de casamento prematuro em África,³ e o país com a maior prevalência na região da África Oriental e Austral.⁴ Esta tendência não se alterou nos últimos 30 anos. De facto, a prevalência do casamento e união antes dos 18 anos aumentou de 51% para 53% entre 1990 e 2015 (ver abaixo).

2. Todos os dados são retirados da [página web](#) do perfil nacional de Moçambique da Girls Not Brides, excepto quando indicado em contrário.

3. Ver o [atlas](#) do casamento prematuro Girls Not Brides.

4. UNICEF, 2022, [Child marriage in Eastern and Southern Africa: Uma visão estatística e reflexões sobre o fim desta prática.](#)

Figura 1: Percentagem de mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos que casaram ou viveram em união de facto pela primeira vez antes dos 15 e dos 18 anos

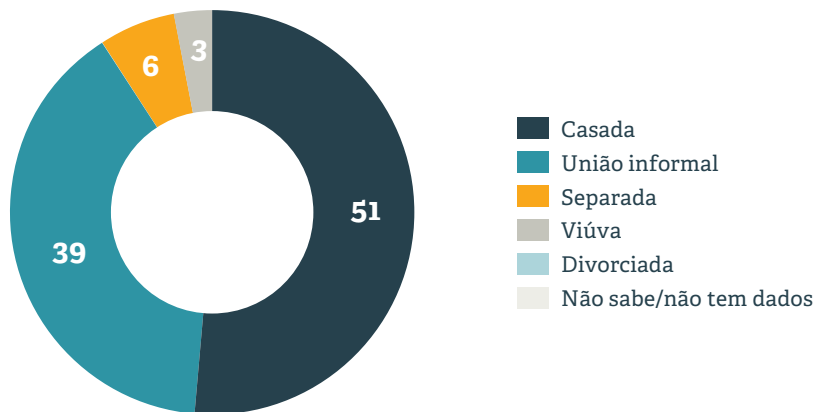


Fonte: Adaptado de UNICEF, 2022, [Casamento prematuro na África Oriental e Austral: Uma panorâmica estatística e reflexões sobre o fim desta prática.](#)

As uniões informais prematuras são significativas em Moçambique: mais de um terço (39%) das raparigas formam uniões que não são legalmente

reconhecidas. A informalidade destas relações tem ainda mais impacto e limita os direitos e a acção das raparigas.

Figura 2: Distribuição percentual das raparigas de 15 a 17 anos que já casaram, por estado civil actual



Fonte: Adaptado de UNICEF, 2022, [Casamento prematuro na África Oriental e Austral: Uma panorâmica estatística e reflexões sobre o fim desta prática.](#)

Um relatório do UNICEF de 2022 revela que o casamento prematuro e as uniões prematuras são mais frequentes nas zonas rurais do que nas urbanas.⁵ As três províncias com maior prevalência

situam-se na região Norte.⁶ Na província do Niassa, quase um quarto das mulheres (24%) casaram-se até aos 15 anos.⁷

5. UNICEF, 2022, [Casamento prematuro na África Oriental e Austral: Uma visão estatística e reflexões sobre o fim desta prática.](#)

6. UNFPA, 2017, [Folha de informação: Tendências e padrões do casamento prematuro em Moçambique - Evidências do censo de 2017.](#)

7. *Girls Not Brides*, 2020, [Atlas do casamento prematuro: Moçambique](#) [acedido em junho de 2023].

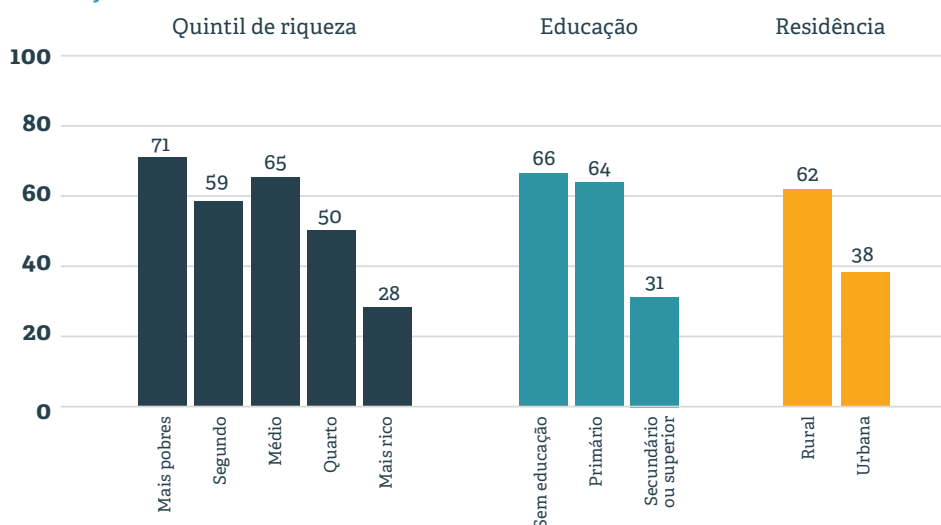
O casamento prematuro e as uniões prematuras estão enraizados na desigualdade de gênero e na crença de que as raparigas valem menos do que os rapazes devido ao seu sexo. Em Moçambique, o casamento prematuro e as uniões prematuras são também motivados por:

- **Pobreza:** Metade da população de Moçambique vive na [pobreza](#).⁸ Isto coloca as raparigas em maior risco de casamento prematuro e uniões prematuras, pois, muitas famílias vêem-no como uma forma de reduzir a pressão financeira, e podem receber um rendimento adicional se o

preço da noiva ([lobolo](#)) for pago. A Figura 3 mostra que 71% das raparigas e mulheres dos agregados familiares mais pobres casam antes dos 18 anos, em comparação com 28% das raparigas e mulheres dos agregados familiares mais ricos.

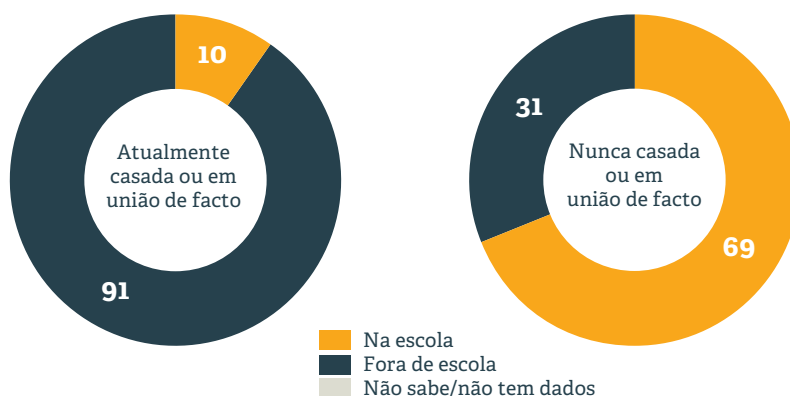
- **Falta de educação:** A análise de dados de um resumo de políticas de 2015 sobre o casamento prematuro e gravidez na adolescência em Moçambique indica que as raparigas com ensino secundário tinham 53% menos probabilidades de se casarem aos 18 anos, em comparação com as raparigas sem qualquer educação.⁹

Figura 3: Percentagem de mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos que se casaram pela primeira vez ou viveram em união de facto antes dos 18 anos, por quintil de riqueza, educação e residência.



Fonte: Adaptado de UNICEF, 2022, [Casamento prematuro na África Oriental e Austral: Uma panorâmica estatística e reflexões sobre o fim desta prática](#).

Figura 4: Distribuição percentual de raparigas de 15 a 17 anos por nível de escolaridade



Fonte: Adaptado de UNICEF, 2022, [Child marriage in Eastern and Southern Africa: A statistical overview and reflections on ending the practice](#).

8. Grupo do Banco Mundial, 2023, Poverty and equity brief, África Oriental e Austral, Moçambique

9. Girls Not Brides, UNFPA e UNICEF, 2015, Casamento prematuro e gravidez na adolescência em Moçambique: Resumo de políticas.

- **Normas e práticas sociais:** A poligamia é comum em Moçambique - tal como noutros países em África e mais amplamente - e isto está ligado ao casamento prematuro e às uniões prematuras porque muitas raparigas são casadas como segunda ou terceira esposa com homens mais velhos e ricos. A diferença de poder é ainda mais exacerbada pela diferença de idade, o que significa baixos níveis de autonomia de decisão para as raparigas que casam prematuramente. Normas de género de longa data que valorizam a virgindade das raparigas também perpetuam o casamento prematuro e as uniões prematuras nas zonas rurais de Moçambique. Os ritos de iniciação sexual encorajam a subordinação das raparigas aos seus parceiros e podem limitar a sua autonomia corporal.¹⁰
- **Gravidez na adolescência:** O casamento prematuro e as uniões prematuras são tanto uma causa como uma consequência da gravidez na adolescência. Em muitos casos, o casamento prematuro ou a união prematura é um factor impulsionador da gravidez precoce; noutros - particularmente onde o sexo fora do casamento ou da união é tabu - a gravidez indesejada impulsiona o casamento prematuro e as uniões prematuras. Moçambique tem uma elevada taxa de gravidezes antes dos 15 anos, e quase metade (46%) das adolescentes entre os 15 e os 19 anos já são mães ou estão grávidas pela primeira vez.
- **Cenários humanitários:** Uma vasta gama de situações antes, durante e depois de catástrofes naturais, conflitos e epidemias exacerbam a pobreza, a instabilidade económica, a escassez de alimentos, a insegurança e a falta de acesso a serviços como a educação. Todos estes factores podem aumentar o risco de casamento prematuro, que é usado como um mecanismo de sobrevivência por famílias sob pressão. Em Moçambique, choques climáticos múltiplos e consecutivos - incluindo seca, dois ciclones tropicais numa estação e inundações - deixaram cerca de 2,5 milhões de pessoas a necessitar de assistência para salvar vidas e aumentar a resiliência em 2019.¹¹ Um relatório do UNICEF de 2020 sobre o impacto da COVID-19 em Moçambique mostrou que a insegurança económica - resultante de confinamentos e da perda de empregos - e o encerramento prolongado das escolas podem exacerbam as tendências de casamento prematuro e uniões prematuras, e sexo transaccional como mecanismos de enfrentamento e protecção.¹²



Em destaque: Resoluções para acabar com o casamento prematuro e as uniões prematuras

O Governo de Moçambique co-patrocinou as seguintes resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU: a [resolução](#) de 2013 sobre o casamento prematuro, precoce e forçado; a resolução de [2017](#) sobre o reconhecimento da necessidade de abordar o casamento prematuro, precoce e forçado em contextos humanitários; as resoluções da Assembleia Geral da ONU de [2018](#) sobre o casamento prematuro, precoce e forçado; e a resolução [de 2019](#) sobre as consequências do casamento prematuro. O país assinou uma [declaração conjunta](#) no Conselho dos Direitos Humanos de 2014, apelando a uma resolução sobre o casamento prematuro, e comprometeu-se a pôr fim ao casamento prematuro, precoce e forçado até 2030, em conformidade com a [meta 5.3](#) dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em destaque: Aumento dos rendimentos

Um [estudo](#) de 2017 [do Banco Mundial/ICRW](#) estimou que acabar com o casamento prematuro em Moçambique poderia levar a um aumento de 15,6% nos ganhos das mulheres que se casaram cedo e geraria um adicional de US\$ 375 milhões em ganhos e produtividade para o país.

10. UNFPA, 2020, [The impact of rites of passage and cultural practices on adolescents' and young people's sexual and reproductive health in East and Southern Africa: A review of the literature](#).

11. OCHA, 2019, Plano de resposta humanitária de Moçambique 2018-2020.

12. UNICEF Moçambique, 2020, Os Impactos da COVID-19 nas crianças em Moçambique: Nota de política sobre a COVID-19.

Políticas e leis que abordam o casamento prematuro e as uniões prematuras em Moçambique

Uma cronologia

1994

Em 1994, Moçambique ratificou a [Convenção sobre os Direitos da Criança](#), que fixa a idade mínima para o casamento em 18 anos.

1997

Em 1997, o país aderiu à [Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres](#) (CEDAW), que obriga os Estados a garantir o consentimento livre e pleno para o casamento. Durante a sua revisão em 2019, o comité da CEDAW manifestou a sua preocupação com a persistência de práticas prejudiciais, como o casamento prematuro e as uniões prematuras, e a impunidade generalizada. Recomendou que os governos e os seus parceiros intensificassem os contactos com as comunidades - incluindo líderes e pais - sobre os impactos negativos do casamento prematuro e das uniões prematuras, e que criminalizassem todas as práticas prejudiciais.

1998

Em 1998, Moçambique ratificou a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, incluindo o Artigo 21, sobre a proibição do casamento prematuro.

2005

Em 2005, ratificou a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos da Mulher em África, incluindo o Artigo 6, que fixa a idade mínima para o casamento em 18 anos.

2016

Em 2016, o Ministério do Género, Criança e Assuntos Sociais desenvolveu uma [Estratégia Nacional Custeada para Prevenir e Eliminar o Casamento Prematuro \(2016-2019\)](#), que está a ser implementada em colaboração com o UNICEF, UNFPA e CECAP. A estratégia delinea oito pilares principais que são fundamentais para acabar com o casamento prematuro e as uniões prematuras em Moçambique, incluindo: uma campanha de comunicação e mobilização social; melhoria do acesso das raparigas à educação, serviços de saúde sexual e reprodutiva, planeamento familiar e educação sexual; apoio às raparigas casadas; e reforma do quadro jurídico.

2016

Durante a sua Revisão Periódica Universal de 2016, Moçambique apoiou as recomendações para estabelecer a idade mínima de casamento aos 18 anos e para operacionalizar uma estratégia de género dentro do sistema de educação para abordar o casamento prematuro.

2019

Em 2019, o Comité dos Direitos da Criança manifestou preocupação com a prevalência extremamente elevada de casamentos prematuros e uniões prematuras em Moçambique. O Comité instou o país a tomar todas as medidas necessárias para acabar com o casamento prematuro e os ritos de iniciação das raparigas; a garantir que a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras e Casamentos Prematuros (2016-2019) seja dotada de recursos adequados, prorrogada para além de 2019 e efectivamente implementada; e a desenvolver campanhas de sensibilização abrangentes com uma série de partes interessadas.

2019

Também em 2019, a Assembleia da República de Moçambique aprovou a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras. A lei tem como objetivo proibir, prevenir, mitigar e penalizar o casamento prematuro e as uniões prematuras, e estabelecer mecanismos de protecção das crianças nessas uniões. A Assembleia da República aprovou também a revisão da Lei da Família, criminalizando o casamento de menores de 18 anos com o consentimento dos pais.

2020

A partir de 2020, Moçambique é um dos 20 países que se comprometeram a acabar com o casamento prematuro - incluindo uniões prematuras - ao abrigo de um [Compromisso Ministerial](#) sobre educação sexual abrangente e serviços de saúde sexual e reprodutiva para adolescentes e jovens na África Oriental e Austral.



Em destaque: Outras iniciativas

[Moçambique](#) é um dos países onde a Iniciativa Spotlight - uma parceria global e plurianual entre a União Europeia e as Nações Unidas - está a apoiar os esforços para acabar com todas as formas de violência sexual e baseada no género e práticas prejudiciais contra raparigas e mulheres. O [Plano de Emergência do Presidente dos EUA para o Alívio da SIDA \(PEPFAR\)/Iniciativa Dreams](#) também trabalha em Moçambique para reduzir as taxas de VIH entre raparigas adolescentes e mulheres jovens. [Moçambique](#) é um país parceiro da Parceria Global para a Educação.

Impacto do Programa Global FNUAP-UNICEF e do Acelerador de Transformação de Género

Moçambique é um dos países-alvo do [Programa Global do FNUAP-UNICEF para Acelerar a Ação para Acabar com o Casamento Prematuro](#), um programa de vários doadores e partes interessadas que trabalha em 12 países ao longo de quatro anos. O Programa Global alcançou mais de 200.000 raparigas moçambicanas com intervenções de competências para a vida e envolveu aproximadamente 5 milhões de pessoas como parte de uma campanha de comunicação social contra o casamento prematuro e uniões prematuras em 2018.

Outros impactos registados no âmbito do Programa Global incluem:¹³

- Formação contínua de conselheiros para prestar apoio psicossocial à distância aos jovens.
- Desenvolvimento e utilização de uma educação sexual abrangente nas escolas, juntamente com apoio à higiene menstrual, água potável e saneamento. Isto teve um impacto directo no acesso das raparigas à educação e nas oportunidades de evitar o casamento prematuro e as uniões prematuras.
- Financiamento de organizações de base, que apoiou a formulação de políticas para abordar questões como a violência baseada no género. Por exemplo, um pequeno montante de financiamento canadiano apoiou consultas nacionais conduzidas por organizações da sociedade civil e pela Assembleia Nacional, o que resultou na introdução de legislação em 2019.

- Educação/diálogos em grupo para cerca de 5.000 rapazes e homens que abordam as masculinidades nocivas e as normas de género.
- Participação de mais de 150 000 indivíduos (raparigas e mulheres, rapazes e homens) em sessões de educação/diálogo em grupo sobre as consequências e alternativas ao casamento infantil e às uniões prematuras, os direitos das raparigas adolescentes e a igualdade de género.
- Apoio a mais de 100 escolas primárias, secundárias ou não formais nas zonas abrangidas pelo programa, a fim de proporcionar um ensino de qualidade e favorável à igualdade entre homens e mulheres que cumpra as normas mínimas.

Aprendendo com a fase I do Programa Global para aumentar o potencial transformador de género da programação para acabar com o casamento prematuro, o UNICEF e o FNUAP desenvolveram a Ferramenta Aceleradora Transformadora de Género para programas a nível nacional para identificar e compreender conceitos-chave de desigualdade de género, poder e redistribuição de recursos.¹⁴ A *Girls Not Brides* adaptou esta ferramenta como um guia de 7 passos sobre [como as organizações da sociedade civil podem utilizar a acção colectiva transformadora de género para combater o casamento prematuro e promover os direitos das raparigas](#).

13. Programa Global do FNUAP-UNICEF para Acabar com o Casamento Prematuro, 2022, [Comemorando o quinto aniversário do Programa Global do FNUAP-UNICEF para Acabar com o Casamento Prematuro na África Oriental e Austral: Reflectindo sobre os progressos alcançados e como avançar com mais coragem e melhor](#).

14. Ver <https://www.unicef.org/media/113201/file/GTA-Mozambique-2021.pdf>.

Instantâneo do CECAP no início desta fase do seu percurso de transformação do género

Desde a promulgação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (LPCPU) 19/2019, que operacionaliza a Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação das Uniões Prematuras, a criminalização das uniões prematuras e a proteção da saúde sexual e reprodutiva das crianças, o CECAP tem promovido a sua adopção utilizando a sua ampla base de envolvimento comunitário, relações com os meios de comunicação social, decisores e funcionários públicos.

Através da sensibilização, mobilização social, envolvimento público e lobbying, o Plano de Comunicação e Mobilização Social 2022 do CECAP visava aumentar a aceitação da LPCPU e apoiar os direitos das raparigas, visando instituições, decisores e indivíduos em diferentes níveis do modelo socioecológico, como se segue:

- A. Influenciar os organismos da administração central e local para que prestem serviços relevantes para a implementação da LPCPU.
- B. Mobilizar e envolver os líderes comunitários na divulgação e aplicação da LPCPU.
- C. Estimular o conhecimento das raparigas, dos pais e de outros segmentos da sociedade sobre as disposições da LPCPU.
- D. Promover normas sociais positivas que apoiem a voz e a escolha das raparigas e a igualdade de género através de campanhas nos meios de comunicação social.

A JORNADA TRANSFORMADORA DE GÉNERO DO CECAP EM 2022

Classificação dos elementos essenciais de uma abordagem transformadora do género para pôr fim ao casamento prematuro às uniões prematuras

Como parte da sua jornada transformadora de género em 7 etapas, o CECAP empreendeu um processo de reflexão crítica e discussão do seu trabalho colectivo durante uma Semana Intensiva de ATG. Com o apoio dos seus Defensores do Género, classificaram as suas estratégias e abordagens ao longo do Continuum de Integração

do Género (CIG). Fizeram-no para cada um dos elementos centrais de uma abordagem transformadora do género para combater o casamento prematuro e as uniões prematuras. Os resultados deste processo são partilhados nesta secção, com a justificação dos membros, quando disponível.



TERMOS-CHAVE

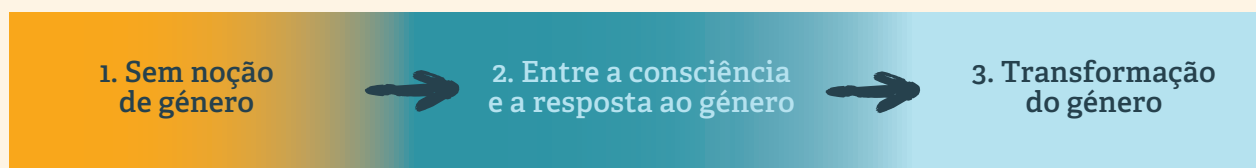
Continuum de Integração do Género (CIG)

A integração do género pode ser vista de forma útil através de um continuum que progride da falta de consciência do género (ou desigualdade de género), para a consciência do género (ou sensibilidade ao género), para a resposta ao género e para a transformação do género. O objectivo das abordagens transformadoras do género é fazer avançar os programas e as intervenções para a direita deste continuum.

Quando aplicada à programação, a programação sensível ao género reconhece as desigualdades entre homens e mulheres e pode basear-se na análise do género na medida do necessário para atingir os objectivos do programa. Não dá necessariamente prioridade às necessidades específicas das raparigas e das mulheres, nem aborda as causas estruturais da desigualdade entre os sexos.

A programação transformadora do género vai mais longe, procurando activamente promover a igualdade de género e os resultados das raparigas e das mulheres como objectivo principal. Aborda deliberadamente as normas, os papéis, as estruturas e as instituições discriminatórias e prejudiciais em matéria de género que perpetuam as desigualdades e os riscos de género a longo prazo.¹⁵

Figura 5: Continuum de Integração de Género



15. UNICEF, 2021, [Being intentional about gender-transformative strategies: Reflections and lessons for UNICEF's Gender Policy and Action Plan – A compendium of papers](#), UNICEF Innocenti Office of Research.

Elementos centrais de transformação do género

Os cinco elementos centrais da AIC¹⁶ que o CECAP classificou são: 1) Competências, agência e liderança das raparigas adolescentes; 2) Mobilização da família e da comunidade; 3) Abordagem das masculinidades e envolvimento de rapazes e homens; 4) Serviços e colaboração multisectorial; 5) Políticas, leis e mudanças estruturais; e, transversalmente a todos estes elementos, 6) Normas e desigualdades de género.

Para mais informações sobre a classificação ATG e como utilizá-la, consulte o Capítulo 2, Etapas 2 e 3 do guia de 7 etapas da *Girls Not Brides*: [Como as organizações da sociedade civil podem utilizar a acção colectiva transformadora do género para combater o casamento prematuro e promover os direitos das raparigas.](#)

Para mais informações sobre o CIG, ver o Programa Global para Acabar com o Casamento Prematuro do UNFPA-UNICEF [Nota técnica sobre abordagens transformadoras de género no Programa Global para Acabar com o Casamento Prematuro.](#)

AVALIAÇÃO, REFLEXÃO, ACÇÃO: O QUE O CECAP FEZ DURANTE A SUA SEMANA INTENSIVA DE ATG

Dia 1: Elementos essenciais de uma abordagem transformadora do género

- Apresentou uma panorâmica geral da Ferramenta de Aceleração da Transformação do Género.
- Definiu e clarificou os conceitos e as fases de transformação do género utilizando o CIG e os elementos essenciais para a implementação da ATG.
- Discutiram, e depois classificaram, os progressos do CECAP em relação a cada um dos elementos essenciais da ATG no CIG.
- Avaliou os progressos do CECAP, enquanto colectivo, na abordagem das causas profundas da desigualdade entre homens e mulheres e na reformulação das relações de poder desiguais.
- Reflectiu sobre as prioridades temáticas do CECAP.

Dia 2: Reflexões aprofundadas sobre o quadro socio-ecológico

- Identificou e estabeleceu prioridades em relação a 3-4 elementos e temas fundamentais em que os programas podem acelerar os progressos no sentido de abordagens transformadoras da igualdade entre homens e mulheres.
- Descreveram e contextualizaram os desafios e as oportunidades existentes para uma acção acelerada em todo o quadro socioecológico.

Dia 3: Roteiro para a acção - brainstorming e definição de prioridades

- Debateram ideias e analisaram acções potenciais para catalisar o progresso no sentido de abordagens mais transformadoras do género.
- Definiu cinco prioridades de acções estratégicas claras, concretas e mensuráveis para criar um roteiro para o progresso.

16. UNFPA-UNICEF Global Programme to End Child Marriage, 2020, [Technical Note on Gender-Transformative Approaches in the Global Programme to End Child Marriage.](#)

Dia 1: Classificação dos elementos centrais da ATG no Continuum da Integração do Género

Os membros do CECAP foram incentivados a avaliar e depois classificar a sua acção colectiva - e não o trabalho de qualquer OSC individual - em relação a cada elemento central da AIC. Isto baseou-se em definições de escala e conversas sobre o seu trabalho em relação a cada elemento da AIC. Os membros foram incentivados a partilhar exemplos concretos de onde e como esta acção colectiva teve lugar.

A Semana Intensiva da ATG em Moçambique diferiu de um programa semelhante na Nigéria (ver o [relatório nacional da Nigéria](#)) em dois aspectos: a semana foi facilitada por Defensores do Género, que foram formados e apoiados com ferramentas e competências para facilitar o processo; e as sessões de discussão geral substituíram as sessões de contextualização. A classificação seguiu as mesmas definições de escala em ambos os países, conforme consta do guia em 7 etapas [Como as organizações da sociedade civil podem utilizar a acção colectiva transformadora do género para combater o casamento prematuro e promover os direitos das raparigas](#).

1) Classificação da ATG para Competências, agência e liderança das raparigas adolescentes (elemento central 1 da ATG)



Classificação do CECAP: Resposta às questões de género (Nota: houve apenas uma diferença de seis pontos entre esta classificação de resposta às questões de género e a seguinte na escala, transformação das questões de género).

O CECAP trabalha para que as raparigas conheçam os seus direitos. Uma maior consciência dos seus direitos pode ajudar as raparigas a protegerem-se de uniões prematuras e de todas as formas de violência baseada no género. Um maior conhecimento dos direitos e da forma como os privilégios - especialmente os relacionados com o sexo e a idade - são usados e abusados pode criar um ambiente para a igualdade de género e a justiça social.

O CECAP reconhece que os ritos de iniciação funcionam como uma barreira à realização dos direitos. As mensagens transmitidas durante este processo devem ser uniformizadas, de forma faseada e respeitando a idade das pessoas

envolvidas. Isto requer também a cooperação com os líderes tradicionais, que são responsáveis pelos ensinamentos transmitidos durante as cerimónias.

Os programas dos membros do CECAP reconhecem as necessidades e os papéis específicos das mulheres e dos homens. No entanto, ainda não capitalizaram plenamente o potencial da acção colectiva e não desenvolveram uma crítica totalmente transformadora das causas e das abordagens de base.

2) Classificação da ATG para Ambiente propício: mobilização da família e da comunidade (elemento central 2 da ATG)



Classificação CECAP: Transformação do género

A maioria dos membros do CECAP que participaram no seminário estão envolvidos no envolvimento da comunidade. Embora a implementação do projecto seja ainda recente - devido aos atrasos causados pela pandemia da COVID-19 - a maioria dos membros tem projectos e planos estratégicos em vigor para responder a esta componente. Talvez seja por isso que este elemento da AIC foi classificado como o mais transformador em termos de género do CECAP.

Os membros centraram-se na língua como uma barreira e uma oportunidade: enquanto a rádio pode ser utilizada como um meio para partilhar mensagens acessíveis nas línguas locais, os materiais impressos - como panfletos e cartazes - são menos acessíveis para aqueles que não sabem ler.

3) Classificação ATG para Abordagem das masculinidades e envolvimento de rapazes e homens (elemento central 3 da ATG)



Classificação CECAP: Entre a consciência de género e a transformação do género

Moçambique está dividido em sociedades patrilineares e matrilineares. O CECAP está consciente de que - devido às diferenças culturais e de modos de vida em todo o país - tem de adaptar as suas estratégias e utilizar ferramentas que contenham elementos de transformação que respeitem as diferenças socioculturais. O envolvimento com líderes religiosos, tradicionais e comunitários é uma prioridade elevada, dado o seu papel na manutenção de normas discriminatórias e o seu potencial para promover normas positivas com elevados níveis de influência sobre as escolhas de vida - incluindo o casamento - dos membros da comunidade.

“A formação é importante, mas também é importante desenhar estratégias para melhorar a disseminação da LPCPU e reduzir a prevalência de uniões prematuras e casamentos prematuros, para que a comunidade como um todo, mais do que estar ciente da existência da LPCPU, se torne activa na prevenção destas práticas.”

Celso Malaze/CECAP-Gaza

“Dependendo do contexto, temos de encontrar a linguagem adequada e os pontos de entrada para a transformação. A promoção da educação das raparigas é, normalmente, um ponto de entrada. A comunidade deve liderar o processo, por exemplo, os diálogos parentais dão muito bons resultados. Trabalhamos com os massungudotas, aqueles que na comunidade detêm o poder e tomam decisões, e isso está a trazer resultados muito positivos.”

Filipe Boca/SOPROC Beira

4) Classificação GTA para sistemas e serviços (elemento central GTA 4)

1. Sem noção de género → 2. Entre a consciência e a resposta ao género → 3. Transformação do género

Classificação CECAP: Reação às questões de género

Os membros do CECAP trabalham em várias áreas de serviços que se centram nos direitos e oportunidades das raparigas adolescentes para uma vida produtiva, incluindo a protecção das crianças e a prestação de serviços de emergência às raparigas em contextos humanitários. No entanto, os membros identificaram a necessidade de melhorar a colaboração e a sinergia entre eles.

5) Classificação da ATG para políticas e estruturas (elemento central 5 da ATG)

1. Sem noção de género → 2. Entre a consciência e a resposta ao género → 3. Transformação do género

Classificação CECAP: Reacção às questões de género

Este foi o elemento menos transformador do género (com apenas 25% dos votantes a classificá-lo a este nível). Na sua missão, a Parceria Nacional coloca uma tónica importante na defesa e divulgação da LPCPU. Os membros consideram que a sensibilização do CECAP foi fundamental para a aprovação da lei em outubro de 2019. A pandemia de COVID-19, pouco depois, impediu que os benefícios da lei se fizessem sentir. Os membros consideram que o quadro jurídico é satisfatório e estão empenhados em voltar a apoiar a aplicação da lei.

“ Infelizmente, todos os dias temos casos alarmantes de raparigas que testam positivo para o VIH e outras infecções sexualmente transmissíveis e, quando falamos com elas, afirmam não saber como estão a ser infectadas porque usam métodos contraceptivos. Daí a necessidade de utilizar os meios de comunicação social e as campanhas de informação sobre a utilização de preservativos para prevenir a infecção das raparigas que já começaram a ter relações sexuais. É importante concentrarmo-nos não só na prevenção da gravidez precoce entre as raparigas, mas também na prevenção de doenças”

Valódia Nhamaango/Mahlhalhe Inhambane

Dias 2 e 3: O Roteiro da ATG: Prioridades transformadoras de género e acção colectiva

Após a classificação, o CECAP votou no sentido de estabelecer várias áreas prioritárias para sessões de aprofundamento sobre a melhor forma de abordar as lacunas identificadas. Isto permitiu uma reflexão aprofundada sobre os seus esforços individuais e colectivos anteriores. Os membros debateram desafios e obstáculos, mas também olharam para o futuro e identificaram oportunidades para influenciar a mudança colectivamente.

Utilizando o Modelo Sócio-Ecológico para facilitar a reflexão, o CECAP mediu a sua implementação actual em relação aos cinco níveis do MEE: 1) o nível individual (esforços centrados nas raparigas); 2) o nível interpessoal (intervenções dirigidas às famílias, aos amigos e às redes sociais); 3) o nível comunitário (programas e projectos que intervêm ao nível de/ com organizações comunitárias, organizações religiosas, grupos de mulheres, clubes de raparigas e grupos de jovens); 4) o nível dos sistemas/instituições (projectos e programas centrados nos serviços, incluindo a educação e a saúde, a protecção social, incluindo programas de transferência de dinheiro e a informação); e 5) o nível das políticas/legislativo.

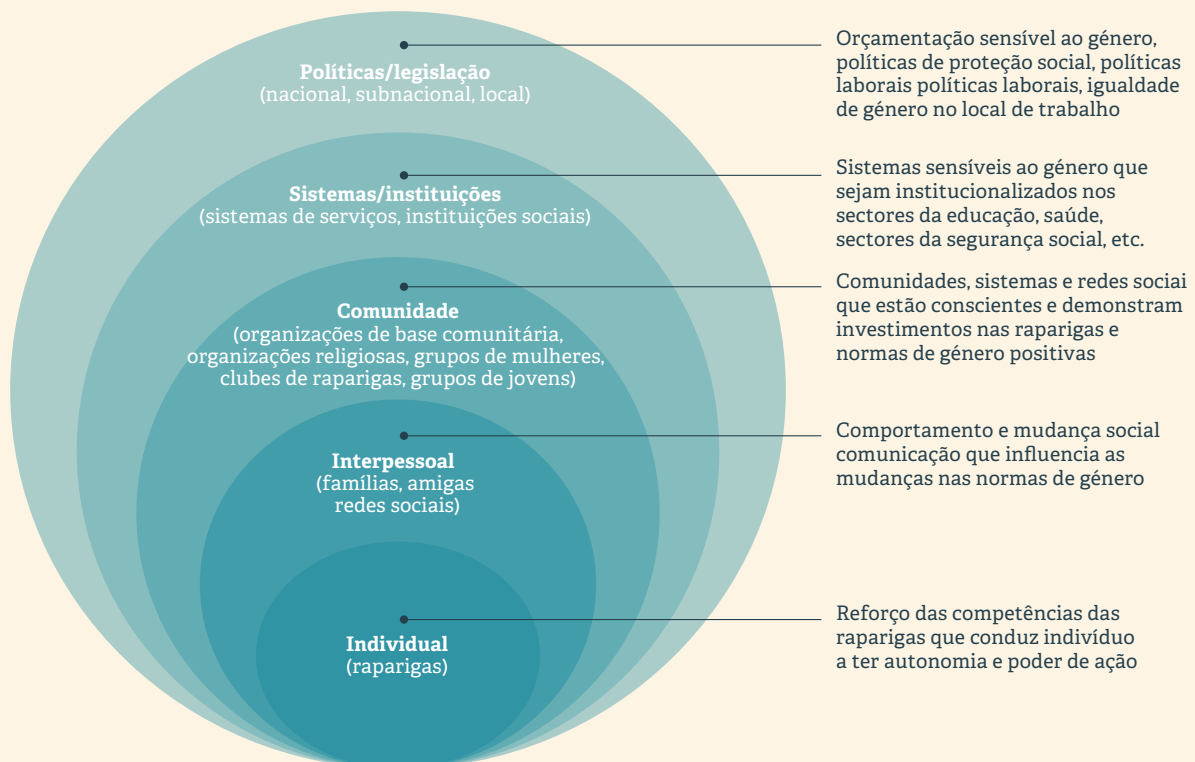


TERMOS-CHAVE

Modelo socio-ecológico

Esta é uma estrutura concetual que descreve as esferas de influência sobre os comportamentos humanos. É fundamental para a teoria global de mudança da *Girls Not Brides* e é baseada na convicção de que não existe uma solução única para o casamento prematuro. Em vez disso, é necessária uma série de abordagens e parcerias múltiplas para catalisar colectivamente a mudança, desde o nível individual ao institucional.

Figura 6: O modelo sócio-ecológico e as oportunidades de programação transformadora do género



Fonte: Adaptado de UNICEF, n.d., [Technical note on gender-transformative approaches in the Global Programme to End Child Marriage](#).

Após uma sessão de votação participativa e inclusiva, o CECAP identificou três elementos prioritários. Consideraram o potencial de mudança estrutural nas normas e práticas que promovem o casamento prematuro e as uniões prematuras; consideraram também o impacto potencial que a aceleração dos esforços nessas áreas poderia ter nos outros elementos e nos objectivos gerais do projecto e do programa, tal como foram identificados.

As três prioridades seleccionadas foram:

1. Competências, capacidade de acção e liderança das raparigas adolescentes

Fundamentação: Nunca é demais sublinhar a necessidade de reforçar as competências tanto pessoais como pessoais das raparigas. Por exemplo, um membro observou que as raparigas adolescentes não têm conhecimentos sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, o que resulta num número crescente de novas infecções por VIH.

2. Abordar as masculinidades e envolver os rapazes e os homens

Fundamentação: Abordar as masculinidades negativas e garantir que os rapazes e os homens sejam co-advogados activos dos direitos das raparigas e das mulheres.

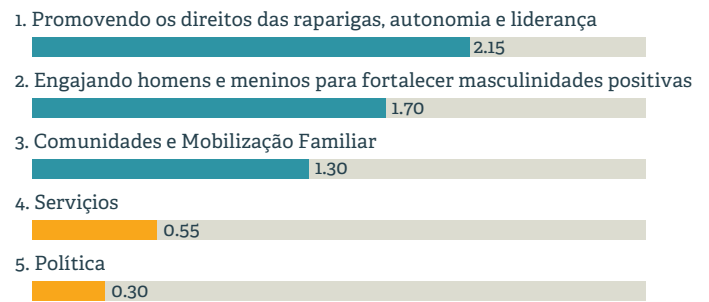
3. Ambiente propício: mobilização da família e da comunidade

Fundamentação: Para que todos os membros da comunidade possam participar na criação deste ambiente e fazer com que a mudança aconteça para as raparigas e as mulheres em toda a sociedade.

Embora a sessão de aprofundamento do segundo dia tenha facilitado a documentação do trabalho da Parceria Nacional em cada uma destas áreas prioritárias, foi dada especial atenção às acções necessárias para progredir no sentido de uma acção mais transformadora do género.

O aprofundamento foi seguido pela sessão de planeamento de acções do roteiro no terceiro dia, em que os membros chegaram a acordo sobre as acções que levariam por diante as oportunidades identificadas e acelerariam o progresso no sentido da transformação do género.

Figura 7: Em quais dos 3 componentes principais você gostaria de aprofundar conhecimentos hoje?



Prioridade 1 do Roteiro ATG: Competências, agência e liderança das raparigas adolescentes

Acções colectivas acordadas para reforçar as abordagens de transformação do género:

- Reforçar a capacidade das escolas para responder de forma sustentável às uniões prematuras.
- Defender alternativas económicas que ofereçam oportunidades às raparigas de não contraírem uniões prematuras.
- Defender e acompanhar a LPCPU para promover a existência de um quadro jurídico para a protecção das raparigas.
- Sensibilizar e intensificar a utilização de rádios comunitárias para difundir a LPCPU nas línguas locais e campanhas nos meios de comunicação social para divulgar o trabalho do CECAP.
- Defender a abertura das escolas a todas as raparigas e um maior investimento nas escolas das províncias.
- Reforçar as capacidades em matéria de orçamentação sensível ao género.

Prioridade 2 do Roteiro ATG: Abordar as masculinidades e envolver rapazes e homens

Acções colectivas acordadas para reforçar as abordagens transformadoras do género:

- Defender e dar prioridade a um maior financiamento para o envolvimento masculino a nível político.
- Promover o reforço da capacidade técnica colectiva, para que os membros da CECAP possam incluir uma abordagem de envolvimento masculino, discutir os obstáculos e partilhar conhecimentos.
- Monitorar homens detidos por violência doméstica e envolvimento em uniões prematuras após a sua libertação.

Prioridade 3 do Roteiro ATG: Ambiente propício: mobilização da família e da comunidade

Acções colectivas acordadas para reforçar as abordagens transformadoras do género:

- Rever as principais mensagens de divulgação da LPCPU e traduzi-las para uma linguagem mais acessível e para as línguas locais.
- Defender a prestação e a disponibilidade de serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo serviços de saúde amigos dos jovens. Esta defesa visa também sensibilizar os pais para apoiarem as raparigas.
- Defender que o Ministério da Educação inclua a LPCPU nos manuais escolares e nos manuais de formação de professores, para que os jovens cresçam a conhecê-la numa linguagem técnica e acessível.
- Criar parcerias com artistas para trabalhar na divulgação de arte, poesia e canções sobre uniões prematuras nas redes sociais.

Em conclusão

Através da sua Semana Intensiva ATG, como parte do guia de 7 passos sobre Como as organizações da sociedade civil podem utilizar a acção colectiva transformadora do género para abordar o casamento prematuro e as uniões prematuras, e promover os direitos das raparigas, os membros do CECAP:

- Ficaram mais informados sobre as abordagens transformadoras do género.
- Obtiveram clareza sobre os conceitos e as fases de transformação do género, tal como se encontram representados no Continuum de Integração do Género.
- Fizeram um levantamento dos seus progressos em relação aos elementos fundamentais de uma abordagem transformadora do género, discutindo e classificando o seu trabalho em cada elemento.
- Identificou os desafios e as oportunidades existentes para uma acção acelerada em todo o quadro sócio-ecológico.
- Analisou potenciais acções para catalisar o progresso no sentido de abordagens mais transformadoras do género.
- Definição de prioridades para acções estratégicas claras, concretas e mensuráveis, a fim de criar um roteiro para o progresso.

A jornada transformadora de género empreendida pelo CECAP em Moçambique foi o início de um processo contínuo de reflexão crítica e de planeamento de acções colectivas para combater o casamento prematuro e as uniões prematuras, bem como a desigualdade de género.

Este relatório descreve os momentos-chave e as prioridades colectivas desta jornada até agora. O objectivo é dar vida ao [guia de 7 passos](#) com exemplos reais de como as organizações da sociedade civil podem utilizar abordagens transformadoras do género para combater o casamento prematuro e as uniões prematuras e promover os direitos das raparigas.

Esperamos que inspire as organizações que trabalham colectivamente para a igualdade de género em contextos como Moçambique a empreenderem um processo de reflexão e planeamento semelhante.



Destaque : Vozes dos deputados sobre a lei de 2019 relativa à prevenção e ao combate às uniões prematuras

Na preparação da Semana Intensiva da ATG, a equipa de facilitação partilhou uma série de perguntas sobre a LPCPU com os membros. Abaixo estão algumas das suas respostas, partilhadas para fornecer mais contexto sobre as questões abordadas neste relatório.

Como é que a LPCPU promove a voz e a escolha das raparigas e mulheres jovens em Moçambique? A lei respeita as capacidades em evolução das raparigas?

A LPCPU respeita as capacidades de desenvolvimento das raparigas na medida em que garante uma protecção abrangente. As raparigas que já se encontravam numa união prematura antes da existência da lei são protegidas pelos seus direitos adquiridos nesta união existente. Garante o interesse superior das raparigas.

Qual é a relação entre a idade mínima legal para casar e a idade de consentimento em Moçambique? Idade de voto?

Em Moçambique, a idade de 18 anos ainda não é a idade de consentimento e autonomia do indivíduo - com excepção do casamento e do voto. Uma pessoa com 18 anos ainda não é um adulto que possa responder por si em tribunal, ou ter carta de condução; a idade para tal é 21 anos.

Quais são as consequências para as raparigas que casam ou formam uniões antes dos 18 anos, se a lei estiver envolvida?

A LPCPU não tem consequências para as raparigas, mas traz vários benefícios: a proibição do casamento antes dos 18 anos; o registo das uniões já existentes; a protecção dos direitos adquiridos e a responsabilização do governo na mitigação dos seus efeitos negativos na vida das raparigas.

O que diz a lei sobre o direito das mulheres a abandonarem o casamento e a custódia dos filhos?

No que diz respeito à filiação - ou seja, o facto de ser filho ou filha de um determinado progenitor ou progenitores - a lei protege os direitos dos filhos nascidos na união, reconhecendo a maternidade e a paternidade, tal como previsto no artigo 10.

Que apoio existe para as raparigas que são “retiradas” de casamentos prematuros?

Como medidas para a Mitigação das Uniões Prematuras, a LPCPU estabelece, no artigo 24º, que deve haver: adopção pelo Governo de políticas e programas para mitigar os efeitos das uniões prematuras; criação de casas de abrigo e de acolhimento para receber, residir e cuidar das pessoas que contraem uniões prematuras; casas de abrigo e de acolhimento para oferecer segurança às crianças e proporcionar oportunidades de formação e de actividades remuneradas. As organizações da sociedade civil procuraram obter fundos para a prevenção e para acções destinadas a retirar as raparigas das uniões prematuras.

Os direitos das raparigas em uniões/casamentos “ilegais” são afectados? (Por exemplo, na Índia, as raparigas em casamentos ou uniões “ilegais” com menos de 18 anos de idade não podem inscrever-se nos serviços de saúde, na educação dos seus filhos ou nos controlos pré-natais, o que tem impacto no seu acesso a serviços essenciais e as coloca em situações de extrema dependência/vulnerabilidade).

De acordo com a lei, não devem ser afectados, mas sim salvaguardados e assistidos pelas instituições competentes.

Anexo 1: Roteiro de acções

Prioridade	#	Acção	Etapa/processo	Linha do tempo	Apoio necessário	Pessoas responsáveis/ pessoal de apoio	Timeline
Abordar tanto as masculinidades nocivas como o "custo" para os homens	1	Mobilização e diálogo com a comunidade	Rever/atualizar o manual sobre diálogos comunitários para integrar masculinidades positivas e dinâmicas de poder nas relações de género. Reforçar/apoiar o trabalho das OSC locais para que sejam transformadoras das questões de género	2022/2023	Incluir indicadores de envolvimento masculino no manual de diálogo comunitário e finalizar o módulo de formação sobre o envolvimento masculino (Mark Thorpe); verificar o PCA com N'weti; analisar os indicadores relacionados com o envolvimento masculino; rever o manual para os líderes religiosos	UNICEF responsável (parceiros: N'weti, HOPEM, CECAP, FDC, UNFPA)	Indicadores de comportamento revistos/específicos (como base, o Impacto Colectivo pode verificar os indicadores, que depois devem ser contextualizados) [Sensibilização para a lei e o VAC; promover o envolvimento da comunidade na aplicação da lei e na mudança de comportamento; como envolver os homens (líderes religiosos; polícia, etc.) para promover a cultura da masculinidade positiva e a tolerância zero ao casamento prematuro].
	2	Sessões de pares para rapazes e homens até aos 24 anos de idade	Expandir e melhorar as metodologias de orientação de rapazes e jovens do sexo masculino com idades compreendidas entre os 10 e os 24 anos. Um manual/ currículo	6 meses	Rever o Manual de Tutoria a ser pilotado + propor indicadores comuns com o UNICEF e o FNUAP	Destaque, UNFPA, Programa Global, REDE HOPEM	É importante dispor de indicadores comuns (UNFPA+UNICEF)
	3	Radionovela (Ouro Negro)	Prestar assistência técnica para que o guião reflecta mensagens sobre masculinidades positivas e relações de poder. Reforçar as mensagens dos guiões.	Próximo ano	Formar guionistas e produtores de telenovelas da rádio (Black Gold); desenvolver indicadores sobre o envolvimento masculino (por exemplo, número de histórias com envolvimento masculino, que masculinidades positivas e outra dimensão (transformadora/questão do poder, etc.) foram introduzidas como modelo; pensar em ligações com as duas primeiras actividades... o tópico surgiu do diálogo comunitário sobre o módulo de envolvimento masculino)	Sabine, Gaia e Zamzam (UNICEF) e Tassiana (UNFPA)	Indicadores
	4	Pais positivos e pais exemplares	Continuação dos spots de rádio e ligações com as intervenções existentes (modelo familiar, DPI).	2022/2023	Análise do modelo familiar (implementado pela PAC e pelo programa de nutrição) e ligação com o modelo familiar (com a CM); partilha de boas práticas; parentalidade positiva durante a COVID-19 (52 histórias desenvolvidas com a Rádio Moçambique-ECD) ligação com a CM	UNICEF (CAP-Nutrição-educação-CP). Direcções escolares	Garantir indicadores parentais positivos na família modelo. (ver como o FNUAP pode incluir os direitos sexuais e reprodutivos na parentalidade positiva)
Competências para a vida e capacitação económica	5	Reforçar as parcerias para expandir as oportunidades económicas	Mapeamento de organizações com experiências/ abordagens transformadoras de género no domínio da capacitação económica (por exemplo, associando a escola à empregabilidade) Desenvolvimento de parcerias estratégicas com estas organizações	Próximo ano	Partilha de boas práticas Ferramentas/lista de verificação para a componente mínima de TG na capacitação económica	CECAP (Banco Mundial) ONU Mulheres (Muva e N'weti), UNFPA (FDC, FORUM MULHER, Coligação)	Important to have common indicators (UNFPA+UNICEF)

Prioridade	#	Acção	Etapa/processo	Linha do tempo	Apoio necessário	Pessoas responsáveis/ pessoal de apoio	Timeline
	6	Defesa, com base em dados concretos, do financiamento escolar por parte dos doadores, a fim de atribuir fundos à componente de género	Bolsas de estudo para promover a taxa de retenção das raparigas nas escolas e apoiar a reintegração nas escolas das raparigas casadas e com gravidez precoce	Próximo ano	Partilha das melhores práticas; apoio ao material de sensibilização; revisão das evidências disponíveis em matéria de educação para a sensibilização (também com base no levantamento efectuado na actividade supra) e identificação de lacunas nas evidências disponíveis	UNFPA-UNICEF	Revisão do mapeamento produzida/guia de advocacia produzido/recomendação-chave da revisão de evidências e GAP identificada
	7	Literacia financeira, formação profissional e kits para a criação de pequenas empresas e Competências e conhecimentos para a vida e competências de negociação para atenuar o impacto das normas sociais prejudiciais	Actualização do manual de capacitação económica para o alargamento a empregos femininos menos tradicionais, como eletricista e canalizador. Mobilização da comunidade para apoiar e evitar consequências negativas não intencionais. Manuais sobre resiliência e para preparar/responder/evitar riscos a nível doméstico e comunitário.	2022	Revisão dos documentos e actividades de concepção e elaboração de recomendações. Apoio ao desenvolvimento das directrizes sobre competências para a vida em curso (UNICEF)	UNFPA- NÃO MULHERES (?) + UNICEF	Revisão das directrizes concluída e recomendações fornecidas (UNFPA) Projecto de directrizes sobre competências para a vida finalizado (UNICEF)
	8	Regimes de protecção social	Advocacia baseada em evidências para a afectação de fundos públicos e privados (Ministério das Finanças) Análise das ligações entre os benefícios para as crianças e o casamento prematuro	2022/2023	Analisar as ligações entre os benefícios para as crianças e o casamento prematuro. Criação de uma página única com mensagens-chave	UNICEF (Carolina) e Banco Mundial	Análise e preparação de uma página com uma mensagem-chave, a utilizar em acções de sensibilização
Mobilização comunitária	9	Práticas nocivas (incluindo ritos de iniciação)	Desenvolver uma estratégia de comunicação nacional baseada em evidências para promover a mudança de comportamento para prevenir e eliminar práticas nocivas (com intervenções específicas por público-alvo - por exemplo, mães, avós, parteiras e líderes masculinos tradicionais, escolas e professores) adaptada a diferentes contextos culturais/geográficos e línguas	2022/2023	Recolha de evidências para identificar a melhor abordagem. A GNB vai publicar um relatório sobre as intersecções entre a MGF e o casamento prematuro. Análise DESK sobre as práticas nocivas existentes em Moçambique (desagregadas por áreas geográficas) 2: definir uma estratégia com os parceiros para combater as práticas nocivas (através da nova Estratégia CM)	MGCAS com o apoio do CECAP, UNICEF, ONG	Análise documental das evidências e desenvolvimento de uma estratégia nacional de comunicação

Nota: A FDC irá desenvolver uma nota concetual sobre o empoderamento económico das mulheres no âmbito da Iniciativa Spotlight. Integrar os pais e os esposos como defensores do empoderamento económico das mulheres é uma outra metodologia que queremos incluir para reduzir o risco de VBG e investir na mudança de comportamento dos homens.

Anexo 2: Presença dos participantes

Name	Organisation
Estrela Bila	YWCA
Eunice Margarido	Rede HOPEM
Mwema Uaciquete	Pathfinder
Ferosa Zacarias	FORCOM
Paula Sengo	Save the Children
Persilia Muianga	Visão Mundial
Mutemussa Gimo	Rede da Criança
Marta Uetela	FDC
Fatima Issa	MULEIDE
Nina Yengo	Plan International
Romão Khumayo	Pathfinder
Abed Maganda	FORCOM
Bercheba Julio	Actionaid
Gaia Segola	Ponto focal UNICEF
Vladimir Nomier	PF MGCAS
Adelaide Liquidão	Ponto Focal UNFPA
Marcia Mandlate	AMODEFA
Almiro Nhamuenda	AMODEFA
Nelson Alicene Mario	AMODEFA
Stelio Faiela	AMODEFA
Angelina Langa	YAM
Agripino Mavota	PF 3º Comissão AR
Felismina Amoda	AMODEFA
Por confirmar	CESC
Carmen Juvenal	RECAC
Nelio Zunguza	PF Gaza
Valodia Nhamaango	PF Inhambane
Isabel postano	PF Cabo Delgado
Stenio Abreu	PF Niassa
Gabriel Mutambe	PF Nampula
Felipe Tomas Boca	PF Sofala
Artur Choe	PF Zambezia
Anchia	PF Manica
Uric Mandiquisse	PF Tete



“SÓ PODEREMOS ACABAR COM O CASAMENTO PREMATURO SE ABORDARMOS A SUA CAUSA PRINCIPAL: A DESIGUALDADE DE GÉNERO. NÃO ALCANÇAREMOS A IGUALDADE DE GÉNERO EXCEPTO SE ABORDARMOS O CASAMENTO PREMATURO.”


ACÇÃO COLECTIVA TRANSFORMADORA DO GÉNERO PARA PÔR TERMO AO CASAMENTO PREMATURO E PROMOVER OS DIREITOS DAS RAPARIGAS
A EXPERIÊNCIA DA GIRLS NOT BRIDES MOÇAMBIQUE, A PARCERIA NACIONAL PARA PÔR TERMO AO CASAMENTO PREMATURO

A Girls Not Brides é uma parceria global de mais de 1.600 organizações da sociedade civil de mais de 100 países empenhadas em acabar com o casamento prematuro e assegurar que as raparigas possam realizar o seu potencial.



The Global Partnership
to End Child Marriage

Publicado em Julho 2023 pela
Girls Not Brides
Seventh Floor
65 Leadenhall Street Londres,
EC3A 2AD Reino Unido

 0203 725 5858

 0207 603 7811

 www.GirlsNotBrides.org

 info@GirlsNotBrides.org

 [GirlsNotBrides](https://twitter.com/GirlsNotBrides)

 www.facebook.com/GirlsNotBrides

Girls Not Brides é uma empresa limitada por garantia (Reg. No. 8570751) e uma instituição de caridade registada em Inglaterra e no País de Gales (Reg. No. 1154230)